

## IDENTIDADE, [E]NARRATIVA E SELF SEMIÓTICO – POR UMA SEMIÓTICA ANTIRRACISTA: A INSUSTENTÁVEL NEGAÇÃO DO SER-SE

Ricardo Almeida de Paula

**Resumo:** Tratamos neste artigo da questão identitária e enarrativa com relação à filosofia do ato responsável e a semiótica do *Self* a partir uma abordagem qualitativo-dialógica dos pensamentos de Bakhtin e Moreno com o intuito de se refletir sobre uma semiologia antirracista, buscado responder a duas questões basilares: o que é narrativa? e quando as narrativas gerais e comunitárias passam a ser “minha narrativa” e se convertem em enarrativas?

**Palavras-chave:** Bakhtin. Moreno. Semiótica. Psicodrama. Antirracismo.

### IDENTITY, NARRATIVE AND SEMIOTIC SELF – TOWARDS AN ANTI-RACIST SEMIOTICS: THE UNSUSTAINABLE NEGATION OF BEING

**Abstract:** We treat in this paper with identity and narrative question related to responsible act philosophy and Self semiotics from qualitative-dialogic approach to Bakhtin and Moreno ideas with aim of reflect about an antiracist semiology, reaching for answering two grounding questions: what is narrative? And when general narratives and communitarians ones come to be “my narrative” and change into enarratives?

**Keywords:** Bakhtin. Moreno. Semiotics. Psychodrama. Antiracism.

### Introdução

O tema da identidade em uma sociedade fragmentada e confusa sobre si mesma é crucial, especialmente quando tratamos da questão inerente do racismo, seja este difundido de forma direta ou indireta através de atos concretos de violência e segregação ou através da perspectiva discursiva.

A questão étnico-racial tem sido alvo de diversos artigos e discussões variadas nos meios comunitários, políticos e acadêmicos, contudo, ao ler e pesquisar sobre a temática, sobreveio-nos o aspecto discursivo narrativo

como premissa para o entendimento do processo de constituição dos atos e motivações racistas que se instauraram no imaginário social e individual. Até então temos discutido demasiadamente a macroestrutura do racismo, porém, aquele elemento que desconstrói a identidade do outro, que nega o Ser de outrem, que promove o que denominamos de uma *enarrativa*, a saber, uma narrativa interior assimilada culturalmente e pessoalmente pelas pessoas negras, cremos ser pouco explorada em seu conteúdo e preceitos.

Neste trabalho partimos de uma abordagem qualitativo-dialógica dos pensamentos da semiótica bakhtiniana da filosofia do ato responsável e do conceito de enunciação e narrativa, bem como da semiótica identitária do *Self* de Moreno que se apresenta através do Psicodrama como ato enarrativo de Si por meio da atuação e exercício de papéis no teatro social e dos estudos dele sobre o Etnodrama, a fim de apresentar um construto semiótico enarrativo antirracista.

Desta feita, procuraremos responder a duas questões basilares: a primeira: O que é narrativa? E a segunda: Quando as narrativas gerais e comunitárias passam a ser “minha narrativa” e se convertem em enarrativas? Subdividiremos em duas seções nossa análise, a saber, na primeira seção trataremos da questão narrativa e enarrativa, pensar estes termos sob dois aspectos que se relacionam a definições comuns destes a fim de reconfigurar ou transcriar os sentidos deste termo. Ao tecer, por conseguinte, o elemento estruturante do narrar evidenciaremos uma *enarrativa*, uma narrativa do ser-se; na segunda seção trataremos da enarrativa em relação à semiótica do *Self* e da semiótica antirracista, sendo que a *enarração* a partir da semiologia do *Self* é anti-ideologia ao racismo, contra os discursos produzidos na externalidade estruturada que se materializam na forma de enunciados.

[In]conclusivamente sabemos que o caminho a ser percorrido concernente a narrativa racista para transformá-la em *enarrativa* antirracista é complexo e longo. Contudo, é mister desencadear um processo discursivo que transcenda a materialidade pura e objetual da linguagem, partindo de uma análise co-textualizante da realidade, em que pese a verdadeira narrativa subjetiva, pessoal e ativa de Si como movimento contra cultural antirracista.

## **Enarrativa: narrativas transcriantes e imaginários de se ser-em-si**

No atual momento em que estamos, mediante as várias informações veiculadas através da diversidade das mídias, das subjetivizações terminológicas sobre o discurso, a fala e a linguagem, os significados do que seja discurso de “ódio”, fala e atos “racistas”, a narrativa desconstrutiva da imago e autoestima do que me é semelhante (“cancelamento”) – alter – é importante e precípuo dar um sentido mais próprio ao termo “narrativa”. A priori precisamos responder à pergunta: o que entendemos por narrativa? Vamos pensar este termo sob dois aspectos que se relacionam a definições comuns deste a fim de reconfigurar ou transcriar os sentidos deste termo. Ao tecer, por conseguinte, o elemento estruturante do narrar evidenciaremos uma *enarrativa*, uma narrativa do ser-se, no bioconto, pois este prefigura um sentido amplo do coexistir-se em-si e no mundo, como diz Celório (2015, p. 65) são “histórias de vidas imaginadas”.

De um lado, temos as narrativas compreendentes sobre quem somos, indagamos nossa origem, perscrutamos nosso ser, re-ouvimos as histórias que nos foram contadas por aqueles que no nosso imaginário estiveram presentes *in illo tempore* (ELIADE, 2018), por outro temos a árdua lide de saber a narrativa real, de modo a ser feita uma leitura real dessa história que nos identifica, que nos traz este senso de ipseidade e como chegamos à mesmidade, rebuscando o em nós esquecido, o constituinte de nossa consciência histórico-memorial.

Começaremos por uma definição abrangente sobre narrativa tendo-a como um conjunto de signos com relações e sentidos sociais, culturais históricos e sociais de cunho particular e não uma manifestação geral. Corinne Squire (2014) compreende que as narrativas “podem implicar conjuntos de signos que se movimentam temporalmente, causalmente ou de alguma outra forma socio-culturalmente reconhecível e que, por operarem com a particularidade e não com a generalidade, não são reduzíveis a teorias” (SQUIRE, 2014, p. 273). Isto é, o fato narrado se imbuí de um movimento transcendente ao puro significado, de forma que a polissemia significativa da narrativa estabelece um vínculo afetivo e existencial, proporcionando à mídia (em seu sentido original como meio) uma diversidade de signos que, a despeito da realidade ou matriz semiótica, expressa uma realidade social, cultural e histórica inteligível (SQUIRE, 2014).

Richard Kearney (2012) nos chama a atenção para o fato de que “toda existência humana é uma vida em busca de uma narrativa” (p. 413). De fato, ele tem razão em trazer esta questão da dimensão do *mythos* (enredo) em que não somente se busca a compreensão do ser-se em meio ao caos, à procura por um caminho de busca de sentido nesta experiência de confusão, em que quase sempre culmina implicitamente em uma história (KEARNEY, 2012).

Nos damos conta de que estamos em uma interpretação de nós mesmos, uma hermenêutica do ser, uma in-compreensão pré-reflexiva e ao mesmo tempo pré-consciente, de forma estruturante de nossas auto narrativas, que nos indica que seguimos um enredo prévio e ante predicativo de nossa concepção consciente do historiamento narrativo de nossas vidas, a saber, “isso dá a nossas vidas uma estrutura temporal que busca algum tipo de significação em termos de referências ao passado (memória) e ao futuro (projeção)” (KEARNEY, 2012, p. 412).

Aristóteles (384-322 a.C.), quando de sua análise da *Poética*, traz este padrão pré-narrativo, identificando a existência humana como *ação*, e que esta ação é conduzida com um propósito e uma finalidade, ou seja, vivemos uma vida interatividade com os outros, em alteridade e comunicabilidade de sentidos. Neste aspecto, o *mythos* aristotélico se nos apresenta como gramaticidade da vida de ação, erige um sintagma de coexistência de nós para o tu apresentando-o como: “1) um contar; 2) uma fábula ou fantasia; e 3) uma estrutura construída. Todos os três sentidos do *mythos* trazem a função comum da narrativa enquanto *poiesis*: ou seja, um modo de *fazer* de nossas vidas histórias de vida” (KEARNEY, 2012, p. 412).

Sendo as histórias de vida algo que nos faz singulares é importante perceber a particularidade destas histórias, o que trazem como excepcionalidades em detrimento das demais histórias. Neste aspecto, o que distingue a narrativa da teoria é aquilo que se expressa através da peculiaridade (BRUNER, 1990). Devemos atentar para, sobretudo, o ter a narrativa como uma “operação configuradora que se realiza sobre o fundo do horizonte da experiência mais geral” (BARBOSA, 2003, p. 75); implica em um ato responsivo, ou seja, um “ato responsável” do sentimento, do pensamento, da fala, de uma

ação intencionada “é que caracteriza a singularidade, a peculiaridade, o monograma de cada um, em sua unicidade, em sua impossibilidade ser substituído, em seu dever de responder responsabilmente, a partir do lugar que ocupa, sem alibi e sem exceção” (BAKHTIN, 2017, p. 10).

Esta filosofia do ato responsável bakhtiniana compreende a dimensão da transição de uma vida pré-pessoal para a de um sujeito reflexivo. Em tal transição de sujeito a outro, no historiamento de si, muito se é deixado no esquecimento. Paul Ricoeur entende que é exatamente neste esquecimento (amnesis) onde reorganizamos e concebemos a verdadeira história, eis o ponto da fenomenologia da memória de Ricoeur, isto é, mover-se do “que” para “quem” (RICOEUR, 2012).

Quando consideramos estes aspectos identitários do ser situado em si afirmamos que o sujeito é reflexivo da condição de si, ou seja, na imaginação de si (*autos*), na compreensão de si (*oikos*) e na distinção de si (*heteros*), implica que a autonomia reside na relação e dependência em si. A lembrança de si é o processo de rompimento com a anestesia moral, histórica e pessoal. É a rejeição da atomização, do individualismo, da traição do ser pessoal; compreende que a busca por esse lugar (*topos*) ainda não conhecido (utopia) de fato não se encontra “lá”, mas, “aqui” – no ser pessoa (PAULA, 2012).

Entender esse confronto entre a consciência de si e o Si que conscientemente se apresenta é crucial para se lidar com o que pensamos ser a dimensão utópica da construção da história, ou seja, uma política da memória recente, desvencilhando-se dos apegos de construções históricas próprias ao seu próprio momento de forma a se constituir em uma política (cidadania) que se lembre de si mesmo, de forma que na amnésia do recente seja descoberta a realidade histórica presente (PAULA, 2012).

Se por um lado estamos diante da construção da liberdade do sujeito historicamente situado, não somente no sentido no âmbito da historiografia, sobretudo na memória histórica de si, por outro lado temos a constituição comunitária da liberdade desse sujeito. Exatamente no diálogo entre sujeitos, na comunidade que nos antecede como sujeitos que rompemos com o individualismo e propomos a comunhão entre pessoas no movimento de ascese

pessoal, uma ação de interioridade e exterioridade, um movimento que transcende ao materialismo e, ao mesmo tempo ao espiritualismo, ao credulismo de momento, mas algo que nos reflita no outro, que sejamos outrem e nós mesmos em concomitância (PAULA, 2012).

A transformação cultural do reconhecimento da identidade do outro requerida pela sociedade será possível quando se encarar a lembrança do sujeito como pessoa. A transformação na pessoa e pela pessoa. Os mecanismos sociais são extensões do ser que os nomina, em termos linguísticos estamos falando da linguagem nominada pela pessoa, ao invés de um sujeito de determinada oração, pois, entendemos a ação como posterior ao ato de nomeação consciente e intencionado do nominador. Isto implica em linguagem transformadora da realidade, na lembrança que somos o ser da ação e não somente o agente motivador da ação. Então, atribuímos uma topologia fenomenológica ao ato, ou seja, o lugar do ser como intencionante do ato transformador da história, como ser presente em vários lugares (*topoi*) sendo o mesmo e outrem, simultaneamente transformado na mesmidade – se é esquecimento (amnésia), recordação (anamnese) e história (RICOEUR, 2012).

Essa descoberta e desvelamento indentitários em-si é o que denominamos de en-narração (enarrar). Uma narrativa interior e dialogal com as várias nuances da constituição do ser-se; uma narrativa que se desenvolve a partir de um ato reflexivo, ou seja, trazendo o conteúdo da identidade, que para Giddens sempre requer um senso de continuidade, sendo, pois, vinculada a autoidentidade a partir de outra noção, ou seja, a de “segurança ontológica” (GIDDENS, 1991).

[Giddens] propõe que nessa nova ordem pós-tradicional a autoidentidade padece também do questionamento geral que caracteriza a vida em relação às instituições modernas. Nesse marco a autoidentidade aparece como um empreendimento (*endeavor*) organizado reflexivamente que consiste em manter uma biografia narrativa coerente, embora revisada de modo permanente (MICHEL, 2006, p. 41).

Esta biografia narrativa procede de modo biocontada, no bioconto, na resignificação memorial da identidade como uma possibilidade de ampliar

as narrativas no contexto da demitificação e re-historicização do Ser-se, “tendo a imaginação simbólica como potencial ‘constelador’ dos pontos biográficos” (CELÓRIO, 2015, p. 65).

A minha vida, como a nossa vida, é permeada de mistérios que resistem a qualquer explicação, porém se abre a atitudes compreensivas, que buscam sempre enxergar em sua totalidade a quem o mistério fala e como fala. Uma história de vida é uma história feita de lampejos de memória onde cada traço e cada laço da trama é permeado por um fio condutor que nos acompanha em todas as andanças e as paradas da existência. Como damos um sentido e um significado à existência, os atos de existir também são atos ficcionais; nossas histórias também são as histórias dos outros, as nossas glórias e os nossos dramas também são as glórias e os dramas dos outros (CELÓRIO, 2015, p. 66).

A assertiva de Celório nos leva indagar em que momento aquela história ampla e coletiva situada no “nós” se torna “minha” história enarrada? Ou como os signos narrativos coletivos se tornam “meus” signos significantes subjetivos?

A partir destas perguntas evocamos o caráter experiencial da narrativa. É característico da experiência, bem como do ato narrativo, ter por certo, constituir e “*crer* na memória do passado” (BARBOSA, 2003, p. 76). Evidentemente, esta crença conduz a agir pessoalmente e socialmente moldado e constituído por este discurso interno (enarrado), de maneira a en-caixar-se nas predicções e adjetivações impostas sobre a identidade de Ser-se, ou seja, re- contando as narrativas significadas sem, de fato, biocontar-se – dizendo quem se é, baseado nas raízes, princípios e crenças reais sobre si mesmo.

Este lugar de fala (RIBEIRO, 2019), próprio ao Ser-se, estabelece uma semiótica antirracista e antiexcludente. Quando este desvelamento acontece, este ato de fala interior constitui-se em hermenêutica transcriante<sup>1</sup> da

<sup>1</sup> O termo transcrição propõe uma tradução “hiperliteral”, em que seguindo Jakobson busca seguir as transposições fonossemânticas do original trazendo-as para uma reconfiguração na língua portuguesa, bem como o que vem a ser manifesto e irradiado semanticamente a nível de conteúdo do texto, a saber, através da gramática poética de Jakobson e da logopéia de Pound buscar o sentido existencial e essencial do texto e da literatura em questão. Como aplicado neste texto traz consigo a ideia destes elementos de reconfiguração da língua e da textualidade internas com respeito à constituição da imago real em-Si (PAULA, 2022).

imago pessoal; transforma-se em uma língua própria, auto cultural, eivada de simbolismos e signos singulares em que “[esta] língua ajuda a aderir à memória as medidas de valor experienciadas, e isto é de extraordinário significado, especialmente nos atos complexos que se estendem ao longo do tempo” (LUCKMANN, 1996, p. 94).

Desta feita, como foi dito no início do texto, observando a arbitrariedade e a linearidade do signo linguístico que estabelece uma conexão de sentido gerando uma enarrativa ancorada em um transcurso discursivo temporal, a saber, numa pré-história narrativa que foi “estruturada linguisticamente e que é trazida para o presente linguisticamente” (BARBOSA, 2003, p. 77), demonstra que nossa estrutura existencial é formada pela fala, pela palavra, pela linguagem que tem o papel de atualizar a memória passada e trazê-la para o presente.

Sendo assim, concebendo a narrativa como preceito enarrado e bi-contado, podemos discutir com mais especificidade a ideia de uma distintividade semiótica do self e identidade, em diálogo com uma semiótica antirracista, mediante a ressignificação do ser através da enarrativa.

### **Enarrativa, o self semiótico e semiótica antirracista: ressignificando os pré-juízos de se ser quem é**

Bakhtin distingue três categorias de palavras na narrativa, a saber, a palavra *direta*, a palavra *objetal* e a palavra *ambivalente*. Julia Kristeva (2012) define esta categorização da seguinte forma:

A palavra *direta* remetendo ao seu objeto, exprime a última instância significativa do sujeito do discurso nos quadros de um contexto; é a palavra do autor que anuncia, que expressa, é a palavra *denotativa*, que deve fornecer a compreensão objetiva, direta. Conhece apenas a si mesma e a seu objeto, ao qual se esforça para ser adequada (não é “consciente” das influências das palavras estranhas). (KRISTEVA, 2012, p. 150).

Esta primeira distinção evidencia a atomicidade da narrativa enquanto reificação dos sentidos e do sujeito. A experiência não é a vivida, porém, indica que o código linguístico não captura imediatamente a memória





evocada do passado e a traga como interpretação da realidade presente. Quando se volta para uma experiência passada, caso seja possível o fazer sem uma hermenêutica propositada, a recorda de forma anacrônica, necessariamente com o olhar do presente, concretizado.

Tzvetan Todorov (2013) ao escrever sobre “A decisão de Interpretar” destaca bem estes fatores que acabamos de mencionar, no que se refere, no dizer dele, a *acomodação* e *assimilação* na interpretação narrativa:

O processo interpretativo também comporta essas duas fases (que se seguem aqui numa ordem fixa). Primeiramente, deve-se distinguir a sequência verbal para qual é necessária uma interpretação; essa percepção da diferença é condicionada pelo fato de que a sequência não se deixa absorver pelos esquemas disponíveis; reconhece-se então, num primeiro momento, o fato novo, adaptando-se a ele (acomodação). Em seguida, absorvem-se essa novidade e essa não integralidade, submetendo-as à interpretação, isto é, fazendo-se associações, até que a sequência verbal se torne conforme aos esquemas já construídos (assimilação) (TODOROV, 2013, p. 29-30).

A concretude do signo linguístico, nesse caso, interposto pelo ideário estético, não consegue ligar-se à característica do existir (BAKHTIN, 2017). Eis aqui um fator, no que diz respeito à estrutura do discurso racista, pois, na relação sintagmática o uso de expressões, por exemplo, como *criado mudo*, *mulata*, *preterimento*, *cabelo ruim* e *cabelo bom* e, na paradigmática, frases como *negra/o do cabelo duro*, *que negra/o feia/o*, *é bonita/o*, *mas é negra/o*, *beleza exótica* apresentam do ponto de vista sincrônico e diacrônico formas diferentes do expressar racista.

Nas palavras e frases que citamos as adjetivações têm um conteúdo histórico vivencial inerente à cultura brasileira e a transmissão de um conceito destrutivo da pessoa negra, uma intencionalidade imbuída de um chiste na perspectiva freudiana tipificando uma relação entre “o bem e o mal”, “certo e o errado”, “o puro e o maculado”, e da condição estética entre “o belo e o feio”. Neste quesito, transcendendo a perspectiva saussureana, isto é, seguindo a teoria dos atos de fala de Habermas (2012) que analisa e tematiza as unidades das falas, a saber, o enunciado na teoria dos atos de fala

[...] procura descrever o sistema fundamental de regras de uma competência enunciativa, isto é, já não de construção de frases, mas sim da sua aplicação correta em enunciados. Não basta saber construir frases corretas à luz da gramática, há que também saber enunciar-las e isso é algo de diferente. O que está em causa, portanto, são as condições de enunciação (FIDALGO, 1998, p. 110).

A repetição das ideias e dos ideais, situando no discurso um emprego desqualificante e gerando uma semântica produzida pela significação racista no transcurso histórico-sociocultural, totalitariza o sujeito. A importância e a premência de um discurso, narrativa e filosofia do ato antirracistas devem proceder ao emprego próprio do enunciado promovendo a *Bildung* da subjetividade autêntica dos sujeitos subsumidos e desqualificados pela ilógica do racismo, a saber, “o antirracismo é algo para ser considerado mais do que retórico, o envolvimento de todas as pessoas envolvidas (sic) [...] é crucial.” (GILLBORN, 1995, p. 129).

Este tema é ampliado na segunda categoria proposta por Bakhtin, a palavra *objetal* na ordem discursiva. Julia Kristeva sintetiza bem o conceito trazido pelo semiótico russo:

A palavra *objetal* é o discurso direto das “personagens”. Tem uma significação objetiva direta, mas não se situa no mesmo nível do discurso do autor, encontrando-se distanciada dele. É ao mesmo tempo orientada para seu objeto e ela mesma objeto de orientação do autor. É uma palavra estranha, subordinada à palavra narrativa, como objeto da compreensão do autor. Mas, a orientação para a palavra *objetal* não penetra nela; toma-a como um todo, sem alterar seu sentido, nem sua tonalidade; ela o subordina a suas próprias tarefas sem nela introduzir uma outra significação. Dessa maneira, a palavra (*objetal*) convertida em objeto de uma outra palavra (denotativa) não é “consciente”. A palavra *objetal*, portanto, é unívoca, como a palavra denotativa (KRISTEVA, 2012, p. 150).

Bakhtin (2003) ressalta que escolhemos nossas palavras quando partimos do conjunto projetado do enunciado e estes se integram a uma realidade concreta. Ou seja

escolhemos a palavra pelo significado que em si mesmo não é expressivo mas pode ou não corresponder aos nossos objetivos expressivos em face de outras palavras, isto é, em face do conjunto do nosso enunciado. O significado neutro da palavra referida a uma determinada realidade concreta em determinadas condições reais de comunicação discursiva gera a centelha da expressão. Ora, é precisamente isto que ocorre no processo de criação do enunciado [...] esta [centelha da expressão] não existe no sistema da língua [...] (BAKHTIN, 2003, p. 292).

Na dinâmica do discurso produzimos aspectos ideológicos e crenças essenciais, imbuído da sua natureza social da enunciação. No caso do discurso antirracista, este promove uma significação e signos de resistência, sendo uma contracultura ao racismo, pois, conforme Bakhtin (2016), na plurivalência social do signo ideológico encontramos em seu interior a luta de classes – pode-se dizer, então, que “o racismo enquanto ideologia e o antirracismo enquanto luta por igualdade e reparação histórica estão em disputa na arena do signo” (FERREIRA, 2023, p. 3). A acomodação ao discurso objetual perpetua a comunicação reificada racista que desconfigura o ser do outro meu semelhante. Contudo, na relação da semelhança, do reflexo identitário vis-à-vis, promove a imagem da alteridade justa, o ver outramente (LEVINAS, 1974), dialogando a partir da semiologia antirracista do *Self*.

O autor russo, por conseguinte, em sua terceira categorização da palavra na narrativa, a saber, a palavra *ambivalente*, abre uma dimensão social do signo, uma plurivalência do signo. De um lado, temos os aspectos políticos e sociológicos (MEAD, 1913) que compreendem esta ambivalência do *Self*, e de outro sendo as identidades pontes que ligam a pessoa aos seus entornos sociais (MORENO, 1978).

Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade. A memória da história da humanidade está cheia destes signos ideológicos defuntos, incapazes de constituir uma arena para confronto dos valores sociais vivos (BAKHTIN, 2016, p. 46).

Existe na representação plurivalente um fator crucial em relação à ambivalência no ato narrativo, como bem descreve Kristeva (2012), o narrador “pode se servir da palavra de outrem para nela inserir um sentido novo, conservando sempre o sentido que a palavra já possui. Resulta daí que a palavra adquire duas significações, ela se torna *ambivalente*.” (KRISTEVA, 2012, p. 150). Na junção de dois sistemas de signos temos uma polêmica interior oculta, a apropriação do ser de outrem, por conseguinte, uma constituição de uma semiologia destrutiva do *Self*.

Este em-Si traz consigo o conceito de assunção de papéis e da gênese do *Self* proposto por Mead (1913) mediante uma ação reflexiva. De fato, este construto se dá quando o ato reflexivo assume a dimensão do simbólico do discurso interno, como ele mesmo explica, “o cenário interno muda num foro e numa oficina de pensamento. As características e as entonações das *dramatis personae* se desvanecem e a ênfase recai sobre o significado do discurso interno, o imagético torna-se meramente o estritamente necessário” (MEAD, 1913, p. 377). O pensamento não consiste simplesmente em uma atividade intelectual puramente abstrata e monológica. “Trata-se de um pensamento que se expressa de modo intelectual, corporal e visual, mesmo quando os aspetos corporais e visuais adquiram progressivamente uma modalidade mais leve, como também de um pensamento no qual se expressam várias vozes” (MICHEL, 2006, p. 46).

O *Self* semiótico, outrossim, agora na perspectiva de Moreno, como ato enarrativo de Si, apresenta-se por meio dos papéis. Para Moreno, o conceito de papel é fundamental porque aponta para uma relação essencialmente vinculante, pois, um papel só pode existir em função de um contra-papel (MICHEL, 2006).

Todo indivíduo, assim como ele é o foco de numerosas atrações e rejeições, ele aparece também como foco de numerosos papéis que estão relacionados aos papéis dos outros. Todo indivíduo, assim como ele tem em todo momento um conjunto de amigos e um conjunto de inimigos, também ele tem um rol de papéis e faces, e um rol de contra-papéis (MORENO, 1978, p. 8).

Toda a questão do Ser se desenvolve nessa complexidade sistêmica da identidade. Moreno salienta que os papéis não estão relacionados somente à função social, mas, ao mesmo tempo, ao vínculo entre pessoas, apresenta através do estudo do *Self* fundamentos para explicar o intrincado fenômeno da vivência pessoal. Nisto, podemos apreender os significados da autoexistência; algo que transcende a sobrevivência ou à resistência de per se, é sobretudo a consciência de que participa diversamente nesta pluralidade de sentidos do mundo coexistente como pessoa única, inimitável nessa unicidade e singularidade. Uma subjetividade em que o acontecimento de Si é o seu mestre interior, que interage e propõe culturalmente o Ser-em-Si como aquele que tem representatividade própria por meio de sua palavra, pensamento e narrativa.

Este papel, desta feita, é na definição de Moreno:

Uma unidade de experiência sintética em que se fundiram elementos privados, sociais e culturais. [...] Toda sessão psicodramática demonstra que um papel é uma experiência interpessoal, e que necessita habitualmente de dois ou mais indivíduos para ser operacionalizado (MORENO, 1975a, p. 253).

Na convivência social recebemos de outrem uma predicação arbitrária sobre quem somos, e que procura indicar objetivamente o que somos. Sob esta premissa o discurso racista estabelece os valores identitários para o exercício do papel social, criando uma geografia da segregação e do preconceito através dos atos de fala, usando a linguagem como instrumento puro de comunicação, como afirma Benveniste em seu texto “Da subjetividade na linguagem”, “falar de instrumento, é pôr em oposição o homem e a natureza” (BENVENISTE, 1991, p. 285), de sorte que não podemos conceber a linguagem e o sujeito desta maneira, pois, “não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a” (*ibid.*), ou seja, a desqualificação da pessoa no discurso racista é uma violência extrema porque instaura uma enarrativa destrutiva, aprisionante e falsa – deixando o sujeito à margem da linguagem. O que Benveniste traz é uma concepção de linguagem em que o indivíduo obtinha o status de sujeito, porque “não há linguagem sem possibilidade de diálogo, isto é, sem possibilidade de resposta” (AMORIM, 2001, p. 95), sendo a carac-

terística da linguagem a interação, uma vez que ela “exige e pressupõe o outro” (BENVENISTE, 1989, p. 93).

Esta outridade pressupõe o Ser da fala, em que o sujeito falante seja autor de seu discurso em pessoalidade, temporalidade e espacialidade. Werner (2006) define bem este ponto:

[...] a linguagem será o lugar onde o indivíduo se constitui como falante e como sujeito, uma vez que disponibiliza elementos dentro da língua para que isso aconteça, como é o caso da categoria de pessoa (da qual fazem parte os pronomes e o verbo, expressando pessoalidade), da categoria de tempo (com verbo e advérbios expressando a temporalidade) e da categoria de espaço (com advérbios e pronomes expressando a espacialidade). Assim sendo, a linguagem é a possibilidade da subjetividade, se entendida como discurso. Ela, quando considerada como exercício assumido pelos indivíduos, é linguagem posta em ação (WERNER, 2006, p. 398).

Ao versar sobre o *Self* depreendemos uma ideologia semiótica referente a este. Neste quesito, Volochinov estabelece uma relação entre ideologia e linguagem, compreendendo que os fenômenos ideológicos não podem ser reduzidos ao psiquismo e a peculiaridades da consciência, possuem eles uma “encarnação material”, “realidade signica”; por isso, “o domínio ideológico coincide com o domínio dos signos, sendo mutuamente correspondentes. A realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos.” (VOLOCHINOV, 1988, p. 36). Temos, por conseguinte, o que Volochinov (1988) denomina de “ideologia do cotidiano”, que corresponde a atividade calcada sobre a vida no cotidiano, bem como a expressão social vinculada a ela, não correspondendo de per se a uma condição formal ou sistematizada.

Já os sistemas ideológicos formalizados, como o da ciência, da moral, da arte, da religião etc., constituem-se a partir da ideologia do cotidiano e, uma vez constituídos, exercem forte influência sobre esta, dando-lhe o seu tom. Por outro lado, a seiva da existência da ideologia formalizada e sistematizada é a ideologia do cotidiano, uma vez que a avaliação crítica de toda produção ideológica opera-se na/por essa ideologia (PEREIRA; RODRIQUES, 2014, p. 179).

Quando se determina o tipo de discurso e linguagem que serão aceitos no contexto social e cultural reifica-se o significado a ser internalizado. Há uma sobreposição de sentidos e valores, uma apropriação indébita da alma, da identidade e do ser. Como bem observa Voloshinov sobre a produção ideológica, “esta coloca a obra numa situação social determinada. [...] A obra é interpretada no espírito desse conteúdo da consciência [...] e recebe dela uma nova luz. É nisso que reside a vida da obra ideológica.” (VOLOCHINOV, 1988, p. 119). A internalização discursiva racista opera seus mecanismos de controle exatamente através da premissa da ideologia do cotidiano, ou seja, mediante um discurso socialmente aceito e de um construto que faz do signo – do ser do outro, da pessoa negra – “um instrumento de refração e deformação do ser” (VOLOCHINOV, 1988, p. 36), à medida que a classe dominante – dona do discurso padrão – é propensa a conferir um caráter inalcançável sobrepondo as classes e grupos sociais “a fim de ocultar/abafar a luta dos *índices sociais de valor* que neles se travam e de apagar a plurivalência dos signos, apresentando-os como monovalentes” (PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 179). Este ato promove a anulação e negação da existência da *imago* do outro como Ser. Dito de outra forma, a negação do Ser-se.

### [IN]conclusões

Na complexidade da análise sobre a narrativa racista tendemos a esquecer a dimensão *enarrante e biocontacional* do discurso. A pergunta a ser feita é: *Quem está contando (enarrando) a minha história?* Este é um questionamento desconstrutivo de todo um historiamento internalizado; uma di-hermenêutica sobre o discurso, uma proposição analítica do discurso, uma fidelização de Si. A pergunta se instaura como contracultura à negação do Ser-se, como re-conhecimento de Si em contrariedade à marginalização pessoal identitariamente falando reelaboração a partir de uma semiótica antirracista; sendo a contação da história vida permeada pelo *mythos* (ficção), trazendo consigo novos elementos de forma não sermos os mesmos em detrimento

da mesmidade, ressignificada a cada fio de memória historiada em cada *Self*, “uma narrativa de si amplificada pela imaginação do narrador” (CELÓRIO, 2015, p. 65), como diz Celório, “ruineiro da existência”.

A *enarração* a partir da semiologia do *Self* é anti-ideologia ao racismo, contra os discursos produzidos na externalidade estruturada que se materializam na forma de enunciados. Desta feita, “todo enunciado é concreto, irrepetível, historicamente individual, representa uma nova unidade (elemento) na comunicação discursiva, mas, ao mesmo tempo, é uma postura ativa (que é também uma reação-resposta a outros enunciados)” (PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 183; BAKHTIN, 2003). Constitui-se em *Weltanschauung* contra-hegemônica ao discurso desqualificante, excludente e destrutivo gerado culturalmente durante os séculos de construção enunciatória do *establishment* narrativo racista.

Adentramos, desta feita, ao campo axiológico do enunciado como relação valorativa do sujeito, pois, conforme nos lembra Bakhtin (2003) estamos diante da “relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (BAKHTIN, 2003, p. 289). Para o semioticista russo escolhemos nossas falas (externas e internas) a partir de um conjunto de enunciados já pré-ditos a nós e por nós mesmos. De fato, um discurso admitido como “normal”, interiorizado e aceito na alma, encarcerava o pensamento, dilui o sentido de Si, nega o Ser-se. Esta lógica instaurada no tempo-presente procede de enunciados pretéritos que ganharam gramaticidade cultural ao ponto de se tornarem norma e discurso padrão.

O discurso racista situa-se em um contexto transcendente à discussão étnico-racial, pois instaura-se no existencial. Promove a dissolução da pessoa, reifica, um ato contínuo transgeracional “que povoa o inconsciente e o coinconsciente” (MALAQUIAS; NONOYA; CESARINO, 2014, p. 92). Moreno, através do *Etnodrama*, que ele mesmo define como “uma síntese do psicodrama com as pesquisas de problemas étnicos, de conflitos de grupos étnicos” (MORENO, 1974, p. 123), mediante a Semiótica do *Self*, propõe um caminho de resistência e combate ao racismo em seu escrito de 1975 “O problema negro-branco: um protocolo psicodramático” em que aponta para a amplitude da questão racial em termos de sermos parte do mesmo teatro societário hu-



mano, ao afirmar que precisamos nos conscientizar sobre o “verdadeiro papel vital de uma família negra, não somente intelectualmente, não como vizinha, mas também num sentido psicodramático, vivendo-o e elaborando-o conjuntamente neste palco” (MORENO, 1975b, p. 444).

O caminho a ser percorrido concernente a narrativa racista para transformá-la em *enarrativa* antirracista é complexo e longo. Contudo, é mister desencadear um processo discursivo que transcenda a materialidade pura e objetal da linguagem, partindo de uma análise co-textualizante da realidade, em que pese a verdadeira narrativa subjetiva, pessoal e ativa de Si como movimento contra cultural antirracista.

## Referências

- AMORIM, M. **O pesquisador e o seu outro**: Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2016.
- BAKHTIN, Mikhail M. **Para uma Filosofia do Ato Responsável**. 3 ed. São Carlos (SP): Pedro & João, 2017.
- BARBOSA, Márcio Ferreira. **Experiência e Narrativa**. Salvador: EDUFBA, 2003.
- BENVENISTE, E. **Estrutura das relações de pessoa no verbo**. Problemas de Linguística Geral I. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991.
- BENVENISTE, E. **Semiologia da língua**. Problemas de Linguística Geral II. São Paulo: Pontes, 1989.
- BRUNER, J. Culture and human development: a new look. **Human Development**, v. 33, p. 344-355, 1990.
- CELÓRIO, José Aparecido. **Narrativas e imaginários de professoras readaptadas**: rumo a uma Pedagogia da Observância. Universidade Federal de Pelotas. Departamento de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Tese de Doutorado. 2015. 247 fls.
- ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2018.

FERREIRA, Jersey Simon da Silva. Comunicação Antirracista. **Boletim Eletrônico**, CRESS SC, n. 98, p. 1-4, jul. 2023.

FIDALGO, António. **Semiótica: a lógica da comunicação**. Covilhã (Portugal): Universidade da Beira Interior, 1998.

Giddens, A. **Modernity and Self-Identity**. Standford: Standford University Press, 1991.

GILLBORN, David. **Racism and antiracism in real schools: theory, policy, practice**. Buckingham: Open University Press, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do Agir Comunicativo – v. 1: Racionalidade da ação e Racionalização social**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

KEARNEY, Richard. Narrativa. **Educação e Realidade**, v. 37, n. 2, p. 409-438, mai-ago 2012.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à Semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

LÉVINAS, Emmanuel. **Autrement qu'être ou au-delà de l'essence**. La Haye (Holanda): Martinus Nijhoff, 1974.

LUCKMANN, T. **Teoría de la Acción Social**. Barcelona/Buenos Aires/México: Paidós, 1996.

MALAQUIAS, Maria Célia; NONOYA, Denise Silva; CESARINO, Antonio Carlos Massarotto; NERY, Maria da Penha. Psicodrama e relações raciais. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 24, n. 2, p. 91-100, 2016.

MEAD, G. H. The social self. **Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods**, n. 10, p. 374-80, 1913.

MICHEL, Mariela. **O self semiótico: desenvolvimento interpretativo da identidade como um processo dramático**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Centro de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Tese de Doutorado. 2006. 269 fls.

MORENO, J. L. **Psicoterapia de grupo e psicodrama**. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

MORENO, J. L. **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 1975a.

MORENO, J.L. **Psychodrama. Foundations of Psychotherapy Vol II**. Second Edition. New York: Beacon House, 1975b.

MORENO, J. L. **Psicodrama**. D. Wagner, Trad. Buenos Aires: Ediciones Hormé, 1978.

PAULA, Ricardo Almeida de. A Existência segundo o[s] Qohelet[s]: a literatura bíblica em Haroldo de Campos. **Revista Profissão Docente**, v. 21, n. 47, p. 01-10, 2022.

PAULA, Ricardo Almeida de. **Crise da Pessoa e a Crise da Educação**: um estudo na perspectiva personalista de Emmanuel Mounier. Curitiba: Editora CRV, 2012.

PEREIRA, Rodrigo Acosta; RODRIGUES Rosângela Hammes. O conceito de valoração nos estudos do círculo de Bakhtin: a inter-relação entre ideologia e linguagem. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

SQUIRE, Corinne. O que é narrativa? **Civitas**, v. 14, n. 2, p. 272-284, mai-ago 2014.

TODOROV, Tzvetan. **Simbolismo e Interpretação**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

VOLOSHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução do francês de Michel Lahud e Yara F. Vieira. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

WERNER, Kelly C. Granzotto. A Intersubjetividade antes da Subjetividade na Teoria da Enunciação de Benveniste. **SIGNÓTICA**, v. 18, n. 2, p. 397-411, jul./dez. 2006.